

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO E A INTERFACE COM OS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA BNCC

Jussara Lopes Cruz ¹
Roza Maria Soares da Silva ²

RESUMO

O presente estudo, cujo tema aborda a formação continuada de professores do Ensino Médio, tem por objetivo analisar como vem se desenvolvendo a formação de professores da instituição de Centro de Ensino Médio Francisco Alves II no período de 2023. A problemática se evidencia pelas mudanças ocorridas no contexto educacional, especificamente com as alterações que concerne ao Ensino Médio. Assim, a temática “Formação de professores do Ensino Médio e a interface com os pressupostos metodológicos da BNCC no Centro de Ensino Médio Francisco Alves II – Davinópolis” faz parte do projeto de extensão financiado pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL para o exercício de 2023. Com a formação continuada de professores espera-se uma qualificação da prática pedagógica e a adequação do currículo escolar, em uma perspectiva de reconstrução do conhecimento de antigas concepções, principalmente no que dizem respeito às competências e as habilidades curriculares postas na BNCC. A abordagem do projeto é de cunho descritivo e analítico que assim permitiu conhecer os desafios que os professores enfrentam com as mudanças ocorridas no novo Ensino Médio. O estudo é uma ação extensionista que buscou contribuir com a qualidade de ensino e da efetivação do papel da Universidade junto à comunidade escolar. Para o embasamento teórico contou-se com as contribuições de Nóvoa (1995), Pimenta (1999), Tardif (2002), Freire (1996) e Pereira (2011). Portanto, ao decorrer da pesquisa extensionista notou-se que a implementação da proposta do novo Ensino Médio ainda se encontra em fase de construção e adaptação dentro da sala de aula. Desta forma, buscamos então compreender a realidade dos docentes a partir de rodas de conversas e reuniões com a gestão escolar sobre a realidade do chão da escola. Assim, fomos também ao encontro dos discentes a fim de contribuir com sua formação e orientação para melhorar a compreensão da dinâmica do novo ensino médio, iniciando pela escuta deles e trazendo à baila à realidade da escola e como incorporar o novo currículo do ensino médio.

Palavras-chave: Formação Continuada; Currículo Escolar; Prática Pedagógica, Base Nacional, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O tema proposto partiu da necessidade que muitos professores enfrentam em sua docência, a falta de formação continuada, assim indo ao encontro de um diálogo permanente que vise a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Estando vinculada a área da Educação, a

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, jussaralopescruz2@gmail.com;

² Professora orientadora: doutora, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, roza.silva@uemasul.edu.br;

temática se direciona ao contexto de uma escola estadual, designadamente aos professores que lecionam no Ensino Médio.

O estudo tem por base analisar como vem se desenvolvendo a formação de professores da instituição de Centro de Ensino Médio Francisco Alves II no período de 2023. Considerando assim, a importância dos objetivos específicos para a ação extensionista, sendo eles: Conhecer como a BNCC está organizada; Analisar a nova estrutura do Ensino Médio; Analisar os novos padrões da BNCC e suas influências no processo de ensino; Averiguar como a gestão escolar está priorizando a formação continuada dos professores; Analisar como vem se dando a formação e a atualização das práticas pedagógicas; Conhecer os desafios na implementação da BNCC e Promover a formação dos professores através dos estudos e descobertas ao longo do estudo.

Para tanto, para que os objetivos fossem alcançados foram necessários reuniões com a gestão escolar para ter a compreensão do chão da escola, conversas com os professores indo em direção de uma busca para a melhoria em seu processo de formação continuada, ter a visão dos docentes sobre o Novo Ensino Médio foi de grande importância para entendermos na prática como a reforma privilegia o ensino privado ao invés do público. No decorrer da pesquisa serão apresentados os resultados com base no desenvolvimento do projeto, onde serão apresentadas as percepções dos professores, tendo suas identidades preservadas e sendo apresentados por Professor I e II, sucessivamente.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada foi de caráter descritivo e analítico. Conforme Marconi e Lakatos (2001), a pesquisa descritiva parte em descrever as características de um determinado fenômeno que ocorre em um segmento específico. Assim, no estudo apresentado os sujeitos participantes do projeto foram os professores do Centro de Ensino Francisco Alves II, especificamente, aos professores que competem a área diversificada do Novo Ensino Médio.

Por meio de entrevistas semiestruturadas foi possível compreender alguns dados levantados com os sujeitos participantes, o que serviu de parâmetro para contemplar o desenvolvimento do projeto de extensão bem como as melhorias necessárias. Szymanski, (2004) ao se referir de entrevistas semiestruturadas afirma que elas servem de suporte para revelar pontos que contribuem para a construção de significados da narrativa. Coincidindo com o pensar de Bardin (1977), em que percepções a respeito de certas inclinações e normas podem ser expostas nas falas e práticas pedagógicas de indivíduos integrantes da pesquisa.

Para o processo de acompanhamento na escola, foram necessárias reuniões com a gestão escolar para o planejamento das ações, momentos de escuta com os docentes da instituição onde eles elucidavam as dificuldades da reforma na prática, fizemos reuniões com os professores da área pedagógica da Unidade Regional de Educação de Imperatriz em busca de esclarecimentos e apoio de materiais para as formações, onde foram disponibilizados por links e por fim, colocamos em prática as ações na escola, sendo o material utilizado enviado para os professores.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, ao longo dos anos o acesso à educação era limitado principalmente no que tange a entrada do estudante ao Ensino Médio que a décadas atrás em sua maioria só tinham eram filhos da elite, por conta das restrições de vagas. O Ensino Médio teve sua institucionalização nos primeiros anos pós-independência do Brasil, no período imperial, com criação de poucas escolas públicas e com a regulamentação dos liceus privados³, escolas que fomentavam o ensino profissional. Tendo uma oferta limitada, o Ensino Médio começou a se expandir no período da industrialização no país, ocorrido na Era Vargas (Rolon, 2017). Logo, na gestão de Gustavo Capanema – Ministro da Educação e da Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas - que surgiu a pauta da necessidade da instrução laboral específica, desde então, o tema passou a se fazer presente nos debates sobre esse nível de ensino no país.

Nesse sentido, temos as reformas educacionais que foram implantadas e implementadas no país, como por exemplo as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, a lei da reforma de 1º e 2º graus de 1971, e 1996. Sendo a última, a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, tendo como base legal a Constituição de 1988 e que trata de forma abrangente da finalidade da educação no Brasil, a organização, estabelece os órgãos administrativos, os níveis e modalidades de ensino e também outros aspectos que definem e regulam o sistema educacional brasileiro com base na Constituição Federal de 1988. Seu art. 35 estabelece e especifica o Ensino Médio como a última etapa da Educação Básica no país:

Art.35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

³ Escolas criadas para fomentar o Ensino Profissional no país.

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico – tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Já a educação profissional, encontra-se especificamente, definida no artigo 40, estabelecendo que seja desenvolvida em articulação com o ensino regular ou diferentes estratégias de educação continuada, sendo em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, na prática este encontro da educação profissional com o ensino regular conforma apenas uma parcela do ensino médio no país.

Nas últimas décadas, a contínua mudança no sistema educacional do Brasil se tornou crescente, a Emenda Constitucional nº59, de 11 de novembro de 2009, tornou obrigatória a escolarização da população de 15 a 17 anos, entende-se que se for seguido o fluxo escolar regularmente, os jovens estarão precisamente nesta etapa do ensino da Educação Básica (Bassi, Codes, Araújo, 2017).

No que tange a Educação Básica, temos o início de uma reforma a caminho, editada por meio da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 e sancionada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, ocorreu uma reforma no ensino médio envolvendo uma reestruturação em diversos pontos. Entre eles, ampliação da carga horária, flexibilização da grade curricular e a disponibilização do ensino profissionalizante com o propedêutico.

Antes, a carga horária era de 800 horas anuais, devendo ser cumpridas em um turno, ao longo dos 200 dias letivos, agora, passa a ser no mínimo de 1.000 horas por ano, totalizando 3.000 horas ao final dos períodos. Esta reforma acaba por demandar que as escolas se reestruturem para que as aulas sejam oferecidas em tempo integral: 7 horas por dia. No Velho Ensino Médio, os estudantes deveriam cursar todas as treze disciplinas, obrigatoriamente. Agora, o Novo Ensino Médio tem a justificativa de atender a multiplicidade dos jovens, para tanto dividiu-se a formação em cinco Itinerários Formativos: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e com o percurso da Formação Técnica e Profissional, assim o aluno escolherá qual área irar se aprofundar.

Outra determinação da reforma é a definição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo instituída em 17 de dezembro de 2018 pela Resolução nº 04 do Conselho Nacional de Educação (CNE), o documento normativo coloca como obrigatórias as disciplinas de Português, Matemática e Inglês, sendo as demais optativas, onde se

completa matriz curricular de acordo com o itinerário formativo escolhido pelo aluno. Consequentemente, à carga horária da formação geral básica totaliza 1.800 horas letivas, e os itinerários formativos ocupam no mínimo 1.200 horas.

Conforme o documento que sanciona a Base Nacional Comum Curricular, ela “expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito as diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito” (BRASIL, 2018, p.5).

Frente ao exposto que já foi mencionado, percebe-se que os sistemas escolares devem se adaptar para responder ao novo formato de ensino, incluindo o aumento da carga horária, ensino em tempo integral e opção dos itinerários formativos. No entanto, há diversas escolas da rede estadual de ensino, que não contam com uma infraestrutura e condições para que possa ocorrer o desenvolvimento do Novo Ensino Médio na prática. E, consequentemente as proposições da Lei 3.415 acabam por terem dificuldades em se materializarem no formato de escola integral, por conta da exigência da disponibilização de recursos materiais e aumento de custos, sendo eles: aumento de salário dos professores e a criação de infraestruturais favoráveis.

Ao decorrer do que já foi exposto no estudo, é perceptível como a Reforma do Novo Ensino Médio marca um retrocesso de várias conquistas no âmbito educacional. Há uma desqualificação do trabalho dos professores e indo ao encontro para a lógica do mercado com uma política neoliberal excludente, tendo algumas organizações empresariais que contribuíram financiando propagandas, construções de modelos, com o propósito da aprovação da Lei 13.415, sendo as empresas:

Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras –além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemman (controladores da cervejaria Anheuser-Busch InBev e do fundo de participações 3G Capital, que, por sua vez, é dono do Burguer King, da BeW [que reúne Lojas Americanas, Submarino e Shoptime]), CENPEC, Todos pela Educação (organização não governamental criada por empresários) (MACEDO, 2014, p. 1532).

O Novo Ensino Médio estabelecido poderá contribuir para diversas desigualdades nas escolas brasileiras assim, alunos de escolas mantidas pelo Poder Público terão que esperar com o que o Estado, em tempo de ajuste fiscal, quiser ou poder oferecer em recursos materiais. No aspecto da flexibilização curricular, há um empobrecimento ao conjunto de saberes das diversas ciências, como filosofia, sociologia e arte, e os demais componentes curriculares, excetuando português, matemática e inglês. De acordo com Saviani (2007, p.160) a escola fundamental de nível médio é “[...] de recuperar a relação entre conhecimento e prática. Trata-se de explicitar, no

Ensino Médio, como as ciências, a química e a física, por exemplo, potências espirituais, saberes eruditos, tornam-se, na produção, potência material”.

Alimentando as desigualdades que a reforma implementa as instituições escolares privadas poderão oferecer os conteúdos escolares – que constituem a base para os vestibulares – e os conteúdos básicos que compõe nesta modalidade de ensino. Já as instituições públicas irão oferecer o básico de forma que haja um descontinuidades por não haver recursos disponíveis.

A reforma que visa uma falsa flexibilidade, se assenta na ideologia dos alunos aprenderem de forma autônoma, que traz uma valorização da aprendizagem pela pesquisa, mas o que realmente acontece é o governo liberar o aluno de integralizar parte do currículo do Ensino Médio na escola e com os professores. Em outras palavras, o Estado procura formas de se reira da responsabilidade de prover escolas e professores para os alunos e os responsabiliza por sua aprendizagem logo, esta educação a distância nada mais é do que um pacote de informações produzidas por um aglomerado de instituições privadas para serem consumidas pelos alunos.

A escola como lócus da formação sai de cena e entra o setor de produção de produtos para atender as demandas que pede o documento normativo, os conhecimentos sistematizados não serão mais prioridade, mas sim, as vivências das práticas de trabalho. Assim, o aluno terá dificuldades em apropriar os conhecimentos próprios para sua formação crítica e humana, fixando a escola na ideologia sem contradições, sem conflitos de classe, somente o que atende os interesses do mercado, tendo ensinamentos práticos “na perspectiva tecnicista, defendendo uma ideologia de educação e escola como neutros” (Motta; Frigotto, 2017, p.367), atendendo aos interesses empresariais. De acordo com Ferreira Jr. e Bittar (2008, p.639), é preciso se atentar para o domínio do capitalismo sobre as relações sociais:

“[...] em escala jamais vivida pela humanidade, coisificando os próprios homens, o que exige de nós reflexões urgentes e cada vez mais complexas, inclusive nas salas de aula e na convivência com os nossos alunos, pois a escola, neste momento de reestruturação produtiva do capitalismo, está se ajustando aos ditames do mercado e se convertendo, cada vez mais, no espaço do não conhecimento e do esvaziamento do seu sentido. E, nesse contexto, é necessário que haja uma ação de resistência à tendência dominante destinada a fazer da escola o lócus da reflexão, da crítica e da contra-hegemonia” (FERREIRA JR; BITTAR 2008, p. 639).

Ao fornecer medidas flexíveis na formação e limitar os recursos financeiros destinados à educação tem o objetivo claro de manter a classe popular alienada aos interesses do sistema capitalista. Os empresários que estiveram presentes na elaboração da reforma visualizam a etapa do Ensino Médio como um passo para o mercado de trabalho assim, tornam-se precários o ensino na escola pública e o ensino de conteúdos significativos.

A flexibilização vai ao encontro do que os empresários entendem melhor para os jovens estudantes da classe trabalhadora, “conhecimentos básicos e um corpo de habilidades básicas de vida suficiente para atender aos interesses das corporações e limitada a algumas áreas de aprendizagens restritas” (Freitas, 2011, p.12), assim o Novo Ensino Médio proporciona a classe trabalhadora treinamentos para tarefas que lhe serão direcionadas nas empresas, um caminho que conduzirá para o vício da exclusão social.

Os itinerários formativos é um retrocesso para a educação básica, oferecendo conhecimentos práticos de economia, administração, relações financeiras, testes vocacionais, informações acerca da informática, como se comportar em entrevistas, ou seja, os alunos estarão sendo treinados para se submeterem ao sistema capitalista vigente. O Novo Ensino Médio, se adequa a um ensino de produção capitalista, exigindo um trabalhador flexível que esteja apto a se adaptar as forças de trabalho, Kuenzer afirma, que este ensino ligado a formação técnica é:

é disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, de modo a levar os que vivem do trabalho a exercer, e aceitar, de forma natural, as múltiplas tarefas do mercado flexibilizado. Ser multitarefa, neste caso, implica exercer trabalhos disponibilizados pelo mercado, para os quais seja suficiente um rápido treinamento, a partir de algum aporte de educação geral, seja no nível básico, técnico ou superior (KUENZER, 2017, p. 341)

Em seu artigo 6º da Lei 13.415, traz outro exemplo de flexibilidade que pode dificultar ainda mais o ensino na Educação Básica. Mascando uma saída para os sistemas de ensino se adequarem a Lei com poucos recursos financeiros e materiais, flexibilizando quais profissionais poderão atuar nas escolas do Ensino Médio

IV – Profissionais graduados que tenham notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privada sem que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36 (BRASIL, 1996).

Neste Novo Ensino Médio, é possível que se tenha dois profissionais da educação: um formado em nível superior, com aporte teórico sobre currículo de formação do seu curso e com estudos de teorias pedagógicas e o outro profissional graduado não licenciado que tenha alguma experiência em formação profissional ou técnica. Assim haverá um descuido da educação formal, “transmitir às novas gerações o saber historicamente sistematizado [...] por meio de uma relação interpessoal professor-aluno mediada pelos conhecimentos a serem transmitidos, que possibilitem à educação escolar desempenhar efetivamente sua função social” (MARTINS, 2013, p. 202). Contrariando, a formação exigida pela LDBEN (BRASIL, 1996) para que os professores que

atuem no Ensino Médio, de acordo com o artigo 62, deve ter o ensino superior, em curso de licenciatura plena.

Logo a Lei abre lacunas para o sistema de ensino poderem se ajustar às políticas neoliberais à custa dos abandonos das obrigações sociais. De acordo com Motta e Frigotto,

Por permitir a contratação de supostos especialistas, porém não licenciados, como professores, essa ‘reforma’ desobriga ou força os estados a não realizarem concursos públicos. Permite, como o caso do atual Rio de Janeiro e que deve ser modelo geral, que os estados se enquadrem na mordada da austeridade às custas de cortes de salários e aposentadorias, aumento da contribuição da Previdência e flexibilização, ainda maior, das leis trabalhistas (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 369).

Ao decorrer do que foi apresentando nota-se como a flexibilização que a Lei 13.415 admite que os estados “façam parcerias público – privadas como privatização do Ensino Médio” (Motta; Frigotto, 2017, p.369). E as diversas formas de flexibilizar o currículo do Ensino Médio traz as desigualdades e traz uma importância de atender os interesses da classe empresarial, que tem como intenção diminuir os gastos públicos – os investimentos em educação – tendo também a intenção de privatizar ou terceirizar a educação escolar e ainda, treinar mão de obra, com pouca qualificação para o trabalho. Portanto, é necessário que haja discussões sobre esta reforma que tanto contribui para a desapropriação da classe trabalho para com a educação e impregna um ensino voltado para o sistema capitalista e mão de obra barata.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Logo, o projeto de extensão buscou ir ao encontro dos professores do Centro de Ensino Francisco Alves II, para em um primeiro momento escutá-los sobre a realidade do Novo Ensino Médio no chão da escola e a cada fala era perceptível como esta reforma não considera a realidade escolar e o inconformismo dos professores com as reduções da carga horária das disciplinas em favor da parte diversificada, sendo elas: Eletiva; Tutoria; Projeto de Vida; História: Cultura Espanhola; Aprofundamento I e II; Corresponsabilidade Social e Empreendedorismo; Pré – IF; Letramento – Português e Letramento – Matemática, que logo em seu texto preliminar a BNCC incitava que,

[...] deve-se acrescer à parte comum, a parte diversificada, a ser construída em diálogo com a primeira e com a realidade da escola, em atenção **não apenas à cultura local, mas às escolhas de cada sistema educacional** sobre experiências e conhecimentos que devem ser oferecidos aos estudantes ao longo de seu processo de escolarização (BNCC, 2015, p.13, grifo nosso).

Nota-se como não há uma prioridade concreta para o ensino e aprendizagem dos educandos e assim os docentes ficam de mãos atadas sobre o que e o como ensinar a partir

das alterações e que acaba por prejudicar os alunos, assim afirma o Professor I ao dizer que,

Nós professores, precisamos de apoio, não temos recursos e excluir parte da carga horária das disciplinas prejudica no desempenho do vestibular, em uma escola pública esta reforma é inviável e encontramos dificuldades em ensinar, sou professora de química, da área de exatas e agora tenho que lecionar sobre Projeto de Vida que é da área de humanas.

Ao depararmos com a realidade encontrada foi perceptível notar como a formação continuada é importante para a docência dos professores, principalmente, tendo em vista uma reforma que alterou todo o dinamismo escolar. A Lei nº 13.415/2017, instituiu alterações para que fossem estabelecidas uma maior integração e flexibilidade curricular, tendo como oferta os itinerários formativos que somam cinco no total, sendo que a escola pode escolher até dois e os educandos irão escolher de acordo com os seus interesses profissionais. Todavia, é uma reforma que exclui a base educacional em prol de um ensino voltado para o capitalismo e os professores acabam por terem um acúmulo de funções dentro da instituição e por muitas vezes sem apoio por conta da falta de recursos.

Vale ressaltar que o acúmulo de funções que recaíram sobre os professores os desgasta, à docência é uma prática complexa como afirma Pereira (2011, p.69) ao esclarecer que a realidade que o professor atua é conflituosa, dinâmica, com problemas singulares, que exigem deles soluções rápidas e assim, fica o questionamento, como atuar dentro deste dinamismo escolar sem o apoio do Estado? A resposta para o questionamento é clara, o trabalho é feito com o apoio dos próprios professores, como esclarece o Professor II ao elucidar que

Nós nos ajudamos, o que um precisa o outro contribui. Temos consciência de que a ideia é boa, mas a execução é ruim. Como vamos planejar nossos conteúdos de áreas que não estudamos? Como vamos fazer algo sem recurso? No fim, cada um se ajuda, pesquisamos os materiais por conta própria.

E ao decorrer das ações extensionistas foi perceptível como os professores precisavam serem ouvidos e como os momentos de discussões foram importantes para a elucidação e como recaiu a responsabilidade da reformulação encima dos professores, sendo algo que foi muitas vezes dito pelos próprios docentes, sendo uma fala muito pertinente, principalmente quando o Professor III incita que: “A reforma foi feita de forma desorganizada e recaiu sobre nós a função de fazê-la acontecer e repito mais uma vez, sem apoio do Estado, foi algo jogado em nossas mãos”.

Com o período de conhecimento do espaço escolar e logo depois na reunião de planejamento com os docentes, ficou decidido que o foco do projeto seria na área de tutoria, pelo motivo de ser uma área diversificada que deve estar em conjunto com todos os componentes

curriculares, logo é preciso ter um olhar crítico de como colocá-la em prática para que os alunos possam aplica-la em sua rotina de estudo.

A tutoria é uma metodologia para realizar a interação pedagógica em que o professor tutor acompanha o desenvolvimento de seus alunos nas demais disciplinas, o tutor precisa estar atento e resolver quaisquer dificuldades que possa ocorrer durante o processo de ensino e aprendizagem de seus educandos, logo o professor além de lecionar em sua própria área de conhecimento, ainda precisa acompanhar o desenvolver de seus alunos nas demais disciplinas, trazendo aqui à tona a complexidade do ser professor em uma reforma de ensino que não visa o conhecimento e sim, o capitalismo.

O professor tutor, relata que a tutoria é uma área complexa pela falta da disponibilidade de materiais e assim, o trabalho muitas vezes fica à deriva, então indo ao encontro de Freire (1996), buscamos planejar um material que vá de encontro com uma aprendizagem significativa, ou seja, onde se desenvolva a habilidade de criticidade dos alunos dentro e fora do espaço escolar, para tanto foram dadas duas formas para ajudar no pensar crítico dos alunos, uma seria preparar discussões sobre a realidade da cidade e a outra interligar filmes com o que está acontecendo na sociedade. Ao planejar o material e ser apresentado para o professor, logo em seguida, foi repassado três modelos de plano de estudo, para ser um auxílio aos alunos, sendo um material adaptável e por fim, todo esse planejamento foi discutido para o professor na presença dos alunos, sendo um pedido feito pelo docente.

Durante os períodos de formações ficou evidente como é necessário ter uma articulação entre a formação inicial com a continuada, sendo necessário a busca pela valorização de um professor reflexivo e crítico (Nóvoa, 1995). E apesar do Novo Ensino Médio ser pautado em um ensino que favoreça as práticas capitalistas, os professores se mostram determinados a não levarem para a sala de aula conteúdos mecanizados que promovam o não pensar crítico. E são estes detalhes que notamos como os docentes ainda resistem as controvérsias que o Estado impõe sobre a Educação, como o professor III incita ao afirmar que “O Estado não se importa para a Educação, para eles o importante é diminuir cada vez mais as aulas, mas nós precisamos permanecer firmes”.

A resistência dos professores vai de encontro ao que afirma Pimenta (1999), a formação de professores tem sua prática social de ensinar, tendo uma leitura crítica da prática, partindo da realidade existente e realizando assim um balanço a respeito das iniciativas sobre o que fazer e como fazer, logo ainda é preciso que o ensino seja voltado

para a criticidade e não somente para a profissionalização e os docentes ainda buscam essa continuidade do aprender para a criticidade mesmo que ainda haja desafios da falta de apoio do Estado.

Assim, como afirma Tardif (2002), os saberes adquiridos durante a formação inicial devem ser ampliados em sentido plural, ou seja, saberes disciplinares, curriculares e experienciais e assim, estes conhecimentos precisam estar relacionados. Logo, o projeto de extensão tentou procurar auxiliar os professores neste novo modelo educacional e que os saberes adquiridos precisam ser respeitados e ampliados. Notou-se como os professores precisam de apoio e que a Reforma do Ensino Médio no chão da escola ainda é precária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto de extensão buscou compreender como está se desenvolvendo o ensino em uma escola estadual a partir da Reforma do Novo Ensino Médio, e foi perceptível como este novo modelo de ensino ainda é precário dentro da instituição de ensino e como os professores necessitam de formações continuadas para o desenvolver de suas respectivas aulas.

Portanto, a insatisfação dos docentes para este sistema de ensino que visa o poder do capitalismo em detrimento ao investimento na educação para o ensino, de pesquisa extensão e inovação, e assim foi perceptível uma abertura dos professores para o projeto, e mostra como a pesquisa e extensão é fundamental para contribuir com a iniciação científica, promovendo ações fora da universidade que procuram compreender a realidade do chão da escola e assim auxiliar os professores.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1977.

BASSI, C.; CODES, A.; ARAÚJO, H. **O que muda com a reforma do ensino médio** – conhecendo suas alterações, o debate e as lacunas. Ipea, jun. 2017. (Nota Técnica Disoc, n. 41).

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Seção 1.

_____. Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. Resolução no 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP no 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP no 15/2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 242, p. 120, 18 dez. 2018. Seção 1.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro, Papirus, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? **III Seminário de Educação Brasileira promovido pelo CEDES no Simpósio PNE: Diretrizes para avaliação e regulação da Educação Nacional**, p. 1-35, fev 2011.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface -Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.26, p.635-46, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v12n26/a14.pdf>. Acesso em 05/11/2023.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 130, p. 331-354, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302027177723>. Acesso em: 22/11/2023

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum Curricular: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação básica. **Revista e-Currículo**, São Paulo, v.1, n.3p. 1530-1555, out/dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 20/11/2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001.

MARTINS, Lígia Martins. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.355-372, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302017176606>. Acesso em: 27/10/2023.

NÓVOA, A. (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.



PEREIRA, C. J. T. **A Formação do Professor Alfabetizador**: desafios e possibilidades na construção da prática docente. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, RO, 2011. Disponível em: Acesso em: 02 de out. de 2023.

ROLON, C. **La massification du lycée au Brésil et l'expérience lycéenne à Curitiba**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de Bordeaux, França, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: Anped, Campinas: Autores Associados, v. 15, n. 44, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>. Acesso em: 27/11/2023.

SZYMANSKI, Heloísa. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, 5° ed. RJ: Vozes, 2002.